

A Teoria da Dependência e as novas formas de integração na América Latina: o caso da ALBA

Resultado de investigação finalizada

Globalização, integração regional e sub-regional

Nilson Araújo de Souza

Doutor em Economia pela UNAM, com pós-Doutoramento na USP; professor visitante sênior da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (Programa CAPES-UNILA)

Luisa Maria Nunes de Moura e Silva

Doutora em Sociologia pela USP; professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar o processo recente de integração latino-americana com base na Teoria da Dependência, na abordagem de Ruy Mauro Marini. Concentramos a análise no processo de formulação e implementação da ALBA. Segundo essa abordagem, a integração deveria entender-se como a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo e que promova a redução da superexploração do trabalho. O pressuposto é o de que, quanto maior a dependência externa da América Latina, menores suas possibilidades de integração; ao inverso, os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua dependência entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia regional.

Palavras-chaves: Teoria da Dependência, Integração Latino-Americana, ALBA.

Introdução

O objetivo deste artigo é examinar o processo recente de integração latino-americana com base na Teoria da Dependência. Entende-se como processo recente de integração o período iniciado com a derrota do projeto da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Concentramos a análise na elaboração do projeto e na implementação da Aliança Bolivariana dos Povos de nossa América – ALBA, que nasceu justamente em oposição à ALCA.

A referência teórica utilizada é a Teoria da Dependência, na abordagem de Ruy Mauro Marini, para o qual a integração deveria entender-se como a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, e promovendo a redução da superexploração do trabalho e uma melhor distribuição de renda.

O pressuposto é o de que, quanto maior é a dependência externa da América Latina, menores suas possibilidades de integração ou, dito de outro modo, maior a desintegração da região; e, ao inverso, os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua dependência externa entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia regional. A integração regional seria, ademais, um instrumento para enfrentar a dependência externa.

O texto se desdobra em três partes. Na primeira delas, examinam-se as proposições apresentadas por Marini sobre a integração latino-americana a partir de sua abordagem da teoria da dependência. Na segunda, analisa-se o processo de formulação do projeto da ALBA. A última parte dedica-se ao processo de implementação desse bloco regional.

1. A Teoria da Dependência e a Integração

Ao mesmo tempo em que a Cepal, num recuo estratégico, propugnava a tese do “regionalismo aberto”, surgia na América Latina, no começo da década de 1990, uma nova concepção acerca da integração regional, que se contrapunha àquela tese. Foi elaborada por um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini. Depois de duas décadas e meia dedicado ao estudo da América Latina, Marini ainda não havia convertido a integração regional em objeto de estudo.

A Teoria da Dependência parte da ideia de que vigora na América Latina “um capitalismo *sui generis*”, donde concluiu que “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (Marini, 1974, pp.14-15).

Mas, para entender essa especificidade, ter-se-ia que analisar o sistema em seu conjunto “tanto em nível nacional como, **e principalmente** [grifo nosso], em nível internacional” (Ibid., p.14). Partindo da análise da economia mundial e da inserção da América Latina nesse contexto, Marini constatou a existência do intercâmbio desigual entre as economias latino-americanas e as economias centrais. O intercâmbio desigual significa que as nações com menor grau de produtividade e, portanto, com menor composição orgânica do capital, a saber as nações dependentes, transferem mais-valor, no processo de intercâmbio, para as nações desenvolvidas, que possuem maior grau de produtividade. Além disso, com a forte presença do capital estrangeiro em seu interior, transferem mais-valor por meio da remessa de lucros e de encargos financeiros da dívida externa.

Incapaz de impedir essa transferência de mais-valor pelos mecanismos de mercado, diz Marini, a economia dependente da América Latina busca compensá-la, no plano da produção interna, por meio da superexploração da força de trabalho, recorrendo ao aumento da intensidade do trabalho, à prolongação da jornada de trabalho e à redução do “consumo do operário para além de seu limite normal” (Ibid., p.38), ou seja, remunerando a força de trabalho por um salário abaixo de seu valor. Esta seria a essência da dependência latino-americana. A consequência, na esfera da circulação, é que se restringe o mercado interno para bens de consumo-salário, ao mesmo tempo em que, com a concentração de renda decorrente, aumenta a demanda para bens de consumo capitalista, gerando a cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação.

Estas formulações foram feitas no começo da década de 1970. Duas décadas depois, após a retomada do processo de integração regional com a criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, Marini, em seu primeiro livro em língua portuguesa, *América Latina: dependência e integração*, trata o fenômeno da integração à luz de sua Teoria da Dependência. Em essência, para ele, a inserção internacional dependente da economia latino-americana “acarretará também, por isso mesmo, a impossibilidade de integração das economias latino-americanas entre elas mesmas” (Marini, 1992, pp.116-117). Portanto, “não surpreende, assim, que a afirmação da economia capitalista dependente latino-americana, sob sua forma de exportação de produtos primários, faça declinar o espírito integracionista” (Ibid., p.117).

Por outro lado, sempre que afrouxam os laços de dependência, abre-se espaço para o projeto de integração. Isso ocorreu na segunda metade da década de 1940 e começo da de 1950, quando, estando Perón na presidência da Argentina, que “acentuou sua política independente”, chegou-se a propor a formação da União Econômica Sul-Americana, “que coloca, pela primeira vez de modo coerente o objetivo da integração econômica regional” (Ibid., p.127). O mesmo ocorreu após a emergência da crise estrutural capitalista iniciada no final dos anos de 1960, quando

as políticas de afirmação nacional [latino-americanas] darão origem à busca de afirmação regional, num plano mais global, que terá seu ponto alto na criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, o primeiro organismo de caráter exclusivamente regional e situado numa linha de independência em relação aos Estados Unidos, desde a União Econômica Sul-Americana, de 1953 (Ibid., pp.138-139).

O agravamento da crise na década de 1980 teria recolocado a questão da integração latino-americana, levando “alento aos processos de integração regional”, em cujo contexto se cria o MERCOSUL, que “assume importância crescente no plano latino-americano, contrapondo-se à política direta de entendimento com os grandes centros, que desenvolvem o Chile e o México” (Ibid., p.143)¹. Em síntese, a crise e a consequente ofensiva imperialista da década de 1980

obrigou-os [aos países latino-americanos] à reunião de esforços, mediante a política de concertação, e pôs de novo em primeiro plano a questão da integração regional, agora independentemente dos Estados Unidos e com a participação ativa do Brasil. Mas esse latino-americanismo renovado se configura no contexto de uma realidade mundial profundamente modificada, pela formação dos grandes blocos econômicos hegemônicos pelos centros imperialistas (Ibid., p.145).

A partir daí, Marini define sua própria concepção de integração latino-americana:

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que – enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes – promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda.

É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supra-nacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado pela própria vida e que, mais além dos dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América (Ibid., pp.145-146).

Mas, para que a integração cumpra esse papel de fortalecer a independência da região e assumam essa característica de promoção da “incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo”,

há, por certo, uma questão ainda mais relevante: retirar-lhe o caráter de competência exclusiva dos governos e da burguesia, através de uma maior iniciativa e controle por parte das forças populares, que dependem da coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar. A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração (Ibid., p.61).

2. O projeto da ALBA

O MERCOSUL e os outros processos de integração da época não realizaram essa proposição de Marini. À medida que punham ênfase na prática “comercialista”, esses blocos regionais passaram a funcionar

basicamente como área de livre comércio dentro do regionalismo aberto. Enquanto tal, privilegiava-se a competição, no lugar da cooperação. O resultado era que, na competição, fortaleciam-se as empresas mais fortes sediadas nos países mais fortes, em detrimento das empresas mais frágeis dos países mais frágeis. Esse processo poderia levar à desintegração, ao invés da integração, à medida que, ao destruir ou debilitar as economias mais débeis, reduziria sua capacidade de compra e, conseqüentemente, as possibilidades de intercâmbio intra-regional. Como analisamos em outro artigo (Souza, 2012), a ação dos EUA não conseguiu bloquear o processo de integração latino-americano nesse período, mas o moldou segundo os interesses de suas corporações, ao provocar a ênfase nas relações de comércio e no regionalismo aberto.

No entanto, com a emergência de governos progressistas na região, a partir de 1999, não apenas deflagrou-se um processo de mudança do MERCOSUL, como se criaram novos blocos regionais, como a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América – ALBA e a União das Nações Sul-Americanas - UNASUL. Marini teria antecipado processos que ocorreriam tempos após suas formulações. Não significa que, em nível da prática, esses projetos expressem as postulações de Marini, mas, em grande medida, recolhem suas ideias no nível do discurso. Não é à toa que hoje se retoma com força, na América Latina, o estudo sobre as contribuições de Marini ao pensamento latino-americano.

O momento decisivo, que abriu um novo processo de integração regional, foi o fracasso do projeto estadunidense de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), durante a III Cúpula dos Povos, em 2005, em Mar del Plata. É importante registrar que o mesmo MERCOSUL, que fora moldado nos termos do programa neoliberal, foi utilizado, em mãos de governos progressistas, como instrumento para barrar o expansionismo estadunidense, disfarçado de integração continental.

Em oposição ao projeto da ALCA, começara-se a conceber na América Latina dois projetos alternativos de integração da região. Com o fracasso da ALCA, fortaleceram-se ainda mais esses dois novos caminhos. Referimo-nos à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e à Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA)². Desde a origem, esses projetos procuraram superar as formas tradicionais de integração baseadas apenas no comércio. Mas nos concentraremos neste artigo no exame da ALBA por ser o projeto de integração que mais expressa as ideias de Marini. Reúne países da América do Sul (Venezuela, Bolívia e Equador), da América Central (Nicarágua³) e do Caribe (Cuba, São Vicente e Granadinas, Dominica, Antigua e Barbuda), que abrangem uma superfície de 2.513.230 km² e abrigam uma população de 71.479.532 habitantes.

A ALBA foi proposta originalmente pelo presidente venezuelano Hugo Chaves Frias por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, celebrada na Ilha de Margarita, Venezuela, em dezembro de 2001. Mas foi criada em 14 de dezembro de 2004 quando firmou-se, em Havana, entre os presidentes Hugo Chaves e Fidel Castro, a “Declaração Conjunta” que estabeleceu os princípios fundamentais que norteariam a constituição do novo bloco. Os acordos para implementação do bloco foram firmados, também em Havana, nos dias 27 e 28 de abril de 2005, entre os dois presidentes.

A “Declaração” parte de uma contundente crítica da dependência e subdesenvolvimento engendrados pela dominação imperialista:

Constatamos también que los beneficios obtenidos durante las últimas cinco décadas por las grandes empresas transnacionales, el agotamiento del modelo de sustitución de importaciones, la crisis de la deuda externa y, más recientemente, la difusión de las políticas neoliberales, con una mayor transnacionalización de las economías latinoamericanas y caribeñas y con la proliferación de negociaciones para la conclusión de acuerdos de libre comercio de igual naturaleza que el ALCA, crean las bases que distinguen el panorama de subordinación y retraso que hoy sufre nuestra región (Declaración, 2004).

A ALBA apresenta, portanto, desde o início, claramente uma definição anti-imperialista. Conforme Marini havia postulado, o avanço da integração latino-americana só poderia ocorrer nos marcos do enfrentamento com a dependência externa.

Reforçando essa ideia, a “Declaração Conjunta” critica ao mesmo tempo a proposta estadunidense de criar a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, que seria “la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes” (Ibid.), bem como os processos de integração latino-americana anteriores, os quais, “lejos de responder a los objetivos de desarrollo independiente y complementariedad económica regional, han servido como un mecanismo para profundizar la dependencia y la dominación externa” (Ibid.).

Depois do rechaço à proposta de criação da ALCA, o documento apresenta os princípios que deveriam orientar a constituição da ALBA:

Dejamos claro que si bien la integración es, para los países de la América Latina y el Caribe, una condición imprescindible para aspirar al desarrollo en medio de la creciente formación de grandes bloques regionales que ocupan posiciones predominantes en la economía mundial, sólo una integración basada en la **cooperación, la solidaridad y la voluntad común** de avanzar todos de consuno hacia niveles más altos de desarrollo, puede satisfacer las necesidades y anhelos de los países latinoamericanos y caribeños y, a la par, preservar su **independencia, soberanía e identidad** [grifo nosso] (Ibid.).

Por isso, “la cooperación entre los países participantes y no la competencia” (Ibid.) deveria prevalecer no processo de construção da ALBA. Como consequência, a integração “no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos o estimular el comercio. Para lograrlo, se requiere una efectiva participación del Estado como regulador y coordinador de la actividad económica” (Ibid.).

Ao longo de várias Cúpulas de Chefes de Estados, a natureza da ALBA foi sendo melhor definida e novos instrumentos foram sendo criados. Na III Cúpula, por exemplo, realizada em abril de 2006 em Cuba, quando ocorreu a adesão da República da Bolívia, o presidente Evo Morales propôs a criação do Tratado de Comércio dos Povos – TCP, em oposição aos tratados de livre comércio, e que seria um instrumento das relações cooperativas de comércio entre os países membros. Na VI Cúpula, realizada em janeiro de 2008 em Caracas, instala-se o Conselho dos Movimentos Sociais⁴, que assinalaria o papel protagônico dos povos no processo de construção do bloco, ou seja, concebe “a los pueblos como el principal motor de la unidad” (Qué és el ALBA – TCP?). Recordemos que Marini havia propugnado que o avanço do processo de integração requeria “uma maior iniciativa e controle por parte das forças populares”

Essa Cúpula ao mesmo tempo definiu melhor os conceitos de projeto grannacional e empresa grannacional, que já haviam sido instituídos por ocasião da V Cúpula, em 2007. Antes, no entanto, estabeleceu os critérios definidores do conceito de grannacional, a saber:

1. Histórico y geopolítico: es la visión bolivariana de la unión de las repúblicas latinoamericanas y caribeñas para la conformación de una gran nación.
2. Socioeconómico: es la estrategia de desarrollo de las economías de nuestros países con el **objetivo de producir la satisfacción de las necesidades sociales de las grandes mayorías.**
3. Ideológico: la afinidad conceptual de quienes integramos al ALBA, en cuanto a la concepción crítica acerca de la globalización neoliberal, la necesidad del desarrollo sustentable con justicia social, **la soberanía de nuestros países y el derecho a su autodeterminación**, generando un bloque en la perspectiva de estructurar políticas regionales soberanas [grifo nosso] (Ibid.)

Aí estão presentes os elementos de “afirmação regional” e de “incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo” de que falava Marini. Nessa concepção, os projetos grannacionais materializam os processos sociais e econômicos da integração e envolvem as dimensões política, social, cultural, econômica, científica e industrial. Por sua vez, o conceito de empresas grannacionais – as quais nascem dos projetos grannacionais – surge em oposição às empresas transnacionais. Assim, privilegiam a produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades

humanas, ao contrário da lógica do lucro e da acumulação de capital (Ibid.). Materializa-se, aí, o princípio da cooperação, em lugar da competição.

A partir da VI Cúpula Extraordinária, ocorrida em Maracay, Venezuela, em junho de 2009, a ALBA passa a chamar-se Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América. Por sua vez, a Declaração expedida em outubro do mesmo ano, por ocasião da VII Cúpula, realizada em Cochabamba, Bolívia, sintetiza o que seriam os princípios fundamentais da ALBA: complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania dos países, justiça e equidade. Ou seja, o objetivo seria promover a integração por meio da cooperação, e não da competição. Por outro lado, o objetivo não é apenas viabilizar o desenvolvimento econômico, mas igualmente o desenvolvimento social, político e cultural (Ibid.). Essa Cúpula voltou a tratar dos projetos e das empresas grannacionais, avançando na sua definição e instituindo vários projetos e empresas. (ALBA, 2009).

Rompendo com a lógica evolutiva dos processos de integração convencionais (livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica), os níveis de integração na ALBA “não devem ser entendidos como uma série de etapas, pois na ALBA os diferentes níveis estão se desenvolvendo simultaneamente” (Muhr, 2010. apud Melo, 2012, p.38). Além disso, não se trata de um bloco em que o conjunto dos acordos seja obrigatório para todos os países membros. Ao contrário,

El ALBA funciona como un área donde los países miembros firman distintos acuerdos de cooperación bilaterales, trilaterales o multilaterales según sus necesidades e intereses (...) Esa es una vía más rápida para poner en marcha proyectos que respondan a las necesidades de los países sin tener que esperar el visto bueno de los demás (Melo, 2012, p.35).

Segundo Melo, graças a essa flexibilidade, não há necessidade de se criarem instituições supranacionais, como na União Européia; ao invés disso, foram criados seis Conselhos “que se encargan de llevar adelante las conversaciones que se plasman em los acuerdos de cooperación” (Ibid.: p.35), a saber: Conselho Presidencial, Conselho Político, Conselho Ministerial da Área Social, Conselho Ministerial de Complementação Econômica, Conselho de Defesa e Conselho de Movimentos Sociais (Ibid.). Neste sentido, há uma diferença com a proposta de Marini, que indicava a criação de estruturas supranacionais. Isso se deve à necessidade objetiva de avançar com base na realidade concreta e diferenciada dos níveis de desenvolvimento dos distintos países.

A IX Cúpula, realizada em abril de 2010, além de estabelecer a criação de instrumentos novos, como o Sucre e o Banco da ALBA, assume uma definição doutrinária socialista. Segundo a Declaração Final, os chefes de Estado propõem “construir una base económica independiente, desarrollada y socialista” (Manifiesto, 2010, apud. Melo, 2012, p.28).

O papel do Estado recebeu, por sua vez, uma definição mais avançada por ocasião da XI Cúpula, realizada em fevereiro de 2012 em Caracas. Deixou de ser um mero estado regulador e coordenador, como nas formulações anteriores, para ser o “ator central da economia”. Assim: “el TCP busca fortalecer al Estado como actor central de la economía de un país a todos los niveles enfrentando las prácticas privadas contrarias al interés público, tales como el monopolio, el oligopolio, la cartelización, acaparamiento, especulación y usura” (ALBA, 2012). Para isso, deveriam ser realizadas a nacionalização e a recuperação de empresas e recursos naturais (Ibid.). Lembremo-nos de que Marini questionara as “discussões sobre a reforma do Estado” que propugnavam a redução do tamanho do Estado e propunha, ao contrário, uma mais forte ação do Estado, inclusive no plano plurinacional latino-americano.

3. A ALBA em construção

Examinemos agora alguns aspectos do processo de implementação da ALBA. Foi formada inicialmente entre Venezuela e Cuba. De um lado, a Venezuela garantia a Cuba o suprimento de petróleo subsidiado, transferências de tecnologia e financiamento em infra-estrutura e energia; de outro, médicos, educadores e cientistas cubanos ajudavam nos programas de saúde, educação e desenvolvimento tecnológico da Venezuela. Conforme Fritz (2007, p.11),

En cuanto a los proyectos de cooperación, un aporte central cubano está en los sectores de servicios de la salud y de la educación. Venezuela, en cambio, ofrece transferencias de tecnología y financiamiento en los sectores de energía y de infraestructura... [Desde 2005], Cuba se comprometió a enviar hasta 30.000 profesionales de la salud a la misión “Barrio Adentro” que brinda atención primaria en salud. En el marco de la misión “Ribas“, 10.000 estudiantes reciben una beca para estudiar carreras médicas en Cuba. Y se acordó tratar en Cuba a hasta 100.000 venezolanos con enfermedades de la vista durante el 2005. Además, el gobierno de Castro apoya a la misión “Robinson” en la alfabetización y educación escolar. Para Cuba la alianza ALBA es de especial importancia. Desde los años sesenta la isla socialista sufre un embargo comercial por parte de los EEUU. La suspensión de la ayuda soviética en los noventa llevó a una profunda crisis económica, de la que sólo ha podido recuperarse lentamente (apud Brozowski, 2011, p.7).

Um importante instrumento de integração, a Petrocaribe, foi constituído antes mesmo que os países participantes se integrassem à ALBA, ainda que em sua criação fosse feita clara referência a esse bloco. Muitos deles se integraram em 2008 e 2009 (Antigua e Barbuda, Dominica, São Vicente e Granadinas) e outros (Bahamas, Belice, Granada, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Santa Luzia, Suriname, São Cristóvão e Neves) ainda não participam do bloco, mas gozam dos mesmos benefícios. O papel da Petrocaribe foi assim definido:

Para contribuir con el desarrollo económico y social de los países del Caribe, PETROCARIBE dispondrá de un Fondo destinado al financiamiento de programas sociales y económicos, con aportes provenientes de instrumentos financieros y no financieros; contribuciones que se puedan acordar de la porción financiada de la factura petrolera y los ahorros producidos por el comercio directo. Este Fondo se denominará ALBA-CARIBE (Venezuela, 2005, apud Brozowski, 2011, p.5).

Outro importante instrumento da integração na ALBA são os projetos e empresas grannacionais. Vimos na seção anterior que diversas áreas de integração foram reclassificadas em 2007 como projetos grannacionais, que foram melhor definidos em 2008. A partir daí, várias empresas foram criadas. Conforme Brozowski (2011, p.6),

Actualmente, la *Grannacional de Energía, Petróleo y Gas S.A* está operando en la Faja Petrolífera del Orinoco con el objetivo de desarrollar estudios de cuantificación y certificación de reservas. Asimismo, se creó la *Grannacional de Alimentos*; la *Grannacional de Manufactura, Ciencia y Tecnología*; el Proyecto *Grannacional Centro Regulador de Medicamentos del ALBA* (Albamed); *Grannacional ALBA de Nicaragua S.A.* (ALBANISA); *Empresa Constructora del ALBA y Pescalba*, de capital venezolano y cubano; *Grannacional de Café* (iniciativa de los gobiernos de Venezuela y la Mancomunidad de Dominica).

Na área financeira, foram criados dois importantes instrumentos, fomentados pelo Conselho Monetário Regional, máxima instância financeira da ALBA: a) em 2008, os governos da Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela criaram o Banco da ALBA como uma alternativa financeira para contrabalançar o crônico problema da restrição externa dos países membros; b) em 2010, os países da ALBA criaram o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre). Segundo Brozowski (2011, p.9),

El SUCRE es una unidad de cuenta adoptada por los miembros del ALBA como mecanismo para facilitar el comercio, no es una moneda circulante. Será utilizado por los Bancos Centrales como forma de registrar y contabilizar el intercambio comercial, posibilitando que los pagos de las transacciones no sean realizados obligatoriamente en dólar.

Na perspectiva de fortalecer o desenvolvimento cultural no processo de integração, foi inaugurada, a 24 de julho de 2005, a rede latino-americana de comunicação Telesur. Sociedade multiestatal, criada pelos governos da Venezuela, Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia, já conta com 30 parcerias com emissoras do “Sul”⁵ (Nogueira, 2012). Partindo de “una visión integradora de los pueblos”, estabelece sua missão como a “serviço da integração das nações e povos da América Latina e Caribe”, colocando-se como “agentes de transformación” que criam “espacios de comunicación e intercambio para fortalecer la integración

regional, la participación protagónica de sus pueblos y la suprema felicidad social”. Para cumprir esse papel, a emissora propõe-se a dar “voz a los que no la tienen” (TELESUR apud Nogueira, 2012, pp.88-90).

O comércio entre os países da ALBA, apesar de haver crescido significativamente, segue num nível muito baixo: as importações da Venezuela provenientes dos países da ALBA aumentaram de 2,1% de sua pauta em 2006 para 4,9% em 2010 (Severo, 2010). Provavelmente, com a instituição do Sucre, esse comércio vem se intensificando.

Considerações finais

Examinamos neste texto a relação entre dependência e integração na América Latina, de acordo com as formulações da teoria marxista da dependência, na vertente de Ruy Mauro Marini. Concentramos a análise no processo de elaboração e implementação do projeto da ALBA, precisamente por ser o bloco que melhor expressa as formulações feitas por Marini no começo da década de 1990.

O pensamento de Marini indica que, nos momentos de reforço da dependência externa, prevalece na América Latina a desintegração. Por outro lado, nos momentos em que países da região chegaram a conquistar algum grau de autonomia, puderam avançar nos projetos de integração. Ao mesmo tempo, a integração regional, desde que com base numa “maior iniciativa e controle por parte das forças populares”, poderia ser um importante instrumento a favor da “formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo”, diminuindo a superexploração da força de trabalho e aumentando a participação autônoma da região no contexto internacional. Os princípios que norteiam a ALBA, isto é, complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania dos países, justiça e equidade, expressam essa identidade.

No momento atual, beneficiando-se da crise estrutural e do declínio relativo da supremacia econômica e política dos EUA, governos progressistas que se formaram em vários países latino-americanos começaram a promover mudanças que têm acarretado a diminuição da dependência externa. Destacam-se, entre essas mudanças, a retomada de um maior controle sobre seus recursos naturais. Países andinos, como Venezuela, Equador e Bolívia, com seus processos de refundação, têm avançado mais nessa direção. Essas transformações com vistas a uma maior autonomia nacional beneficiam o processo de integração regional.

O projeto da ALBA, que começou a ser elaborado e executado no final de 2004 a partir de acordos firmados entre Venezuela e Cuba, depois generalizados para outros países latino-americanos e caribenhos, é resultado desse processo de mudança, ao tempo em que reforça essas mudanças. O fortalecimento da cooperação, em lugar da competição, entre os países membros tem fortalecido a autonomia de decisão e a construção de uma economia independente nesses países, além de estar incorporando amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo e diminuindo a superexploração da força de trabalho, realizando, ainda que parcialmente, as ideias propugnadas por Marini. Isso não significa que os construtores da ALBA hajam se inspirado diretamente na obra do pensador latino-americano. Isso pode ou não ter acontecido. O fundamental é que, partindo de uma raiz comum – a crítica à dependência latino-americana –, chegaram, uma década depois, às mesmas postulações.

Referências bibliográficas

- ALBA (2009). *Declaración de la VII Cumbre del ALBA-TCP*. Cochabamba, Bolívia. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu>.

- ALBA (2012). Acuerdo para la Constitución del Espacio Económico del ALBA-TCP (ECOALBA-TCP). Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/images/xicumbrealba/ECOALBA>.
- Brozoski, F. (2011). *Proyecto ALBA de integración regional: potencialidades, desafíos y avances*. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas". Disponível em: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>.
- Declaración Conjunta entre Cuba y Venezuela (2004). La Habana, firmada entre Fidel Castro (Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba) e Hugo Chaves Frías (Presidente de la República Bolivariana de Venezuela). Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org>.
- Fritz, T. (2007). *ALBA contra ALCA. La Alternativa Bolivariana para las Américas: una nueva vía para la integración regional en Latinoamérica*. Berlim: Centro de Investigación y Documentación Chile Latinoamérica.
- Manifiesto Bicentenario de Caracas (19.abr.2010). *Declaración Final de la IX Cumbre del ALBA*. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org>.
- Marini, R.M (1974). *Dialéctica de la dependencia*. México: Era.
- Marini, R.M (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta.
- Melo, F.R. (2012). ALBA-TCP, un nuevo regionalismo o más de lo mismo. In Oliveira, R.P; Nogueira, S.G. & Melo, F.R. (Orgs.). *América Latina; integração regional, segurança e outros olhares*. Campina Grande: EDUEPB (pp.23-42).
- Muhr, T. (2010). Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 36(2), 611-627.
- Nogueira, S.G. (2012) “Voz a los que no la tienen”: a integração regional no olhar bolivariano da Telesur. In Oliveira, R.P., Nogueira, S.G. & Melo, F. R. (Orgs.). *América Latina; integração regional, segurança e outros olhares*. Campina Grande: EDUEPB (pp.81-96).
- ¿Qué és el ALBA - TCP?. Alianza Bolivariana para los Pueblos de nuestra América/Tratado de Comercio de los Pueblos. Disponível em: www.alianzabolivariana.org.
- Severo, L.W. (2010). *Posibilidades para el avance del SUCRE*. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=114529>.
- Souza, N.A. (2012). América Latina: as ondas da integração. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, 11(1), 87-126. Disponível em: www.revistaoikos.org.
- TELESUR. Disponível em <http://www.telesurtvnet>.

¹ É importante registrar que, na fase inicial, quando predominavam os governos neoliberais, o MERCOSUL não cumpriu esse papel de contrapor-se aos grandes centros, mais bem adaptando-se aos interesses externos. No entanto, a partir de 2002 e 2003, quando mudaram os governos da Argentina e do Brasil, o MERCOSUL claramente contrapôs-se aos interesses dos EUA, sendo um importante instrumento para derrotar seu projeto de criação da ALCA (Souza, 2012).

² O nome original era Alternativa Bolivariana para as Américas.

³ Honduras ingressou na ALBA em 2008, mas, depois do golpe de estado contra o presidente Manuel Zelaya, retirou-se em dezembro de 2009.

⁴ Neste sentido, Muhr (2010) indica que “na ALBA o social tem assumido desde o início um papel fundamental de integração”.

⁵ Entendido como “concepto geopolítico que promueve la lucha de los pueblos por la paz, autodeterminación, respeto por los Derechos Humanos y la Justicia Social” (apud Nogueira, 2012, pp.88-89)